



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Trabalho, Questão Social e Serviço Social.

AS DETERMINAÇÕES DA REIFICAÇÃO NA CONTEMPORANEIDADE UMA REFLEXÃO INTRODUTÓRIA

Lívia Neves Ávila¹

Resumo: O presente artigo traz uma breve exposição acerca da reificação enquanto forma de alienação específica e madura do modo de produção capitalista. A partir dessa compreensão, busca refletir sobre a intensificação da mesma diante das configurações contemporâneas deste mesmo modo de produção, mais precisamente, no âmago da crise estrutural do capital, evidenciado suas determinações no complexo social.

Palavras-chave: Trabalho; Alienação; Reificação; Contemporaneidade.

Abstract: This article gives a brief account of reification as a specific and mature form of alienation of the capitalist mode of production. From this understanding, it seeks to reflect on its intensification in the face of contemporary configurations of this same mode of production, more precisely, at the heart of the structural crisis of capital, evidenced by its determinations in the social complex.

Keywords: Work; Alienation; Reification; Contemporaneity.

“O capitalismo moderno atua no sentido de substituir por relações racionalmente reificadas as relações originais em que eram mais transparentes as relações humanas” (LUKÁCS, 2012, p. 207). É interessante dar início a esta problematização a partir da frase acima, pois, mediante a afirmação, percebe-se que a reificação coloca-se por cima das relações ditas “originais” no marco do modo de produção vigente. Mas qual a proveniência dessa “originalidade”?

Tem-se aqui como pressuposto que a originalidade de que trata Lukács (2012) na formulação acima diz respeito às relações iniciadas a partir do trabalho como criador da humanidade, representando uma mediação de primeira ordem. Em *O capital*, Marx nos diz que “de início devemos considerar o processo de trabalho independentemente de qualquer forma social determinada” (MARX, 2013, p.255). Posteriormente, segue o autor confirmando a posição assumida: “o trabalho, é antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza” (MARX, 2013, p.255), portanto, com a vida humana. O que se pode compreender é que os seres humanos são agentes ativos em relação ao mundo que os rodeia e que o trabalho, tal como citado nas

¹ Profissional de Serviço Social. Universidade Federal de Viçosa. E-mail: <livia.as@hotmail.com>.

linhas acima, é “a protoforma do agir humano” (LUKÁCS, 2012), representando assim, a riqueza social.

Nessa perspectiva, compreende-se que o trabalho é responsável pelo amadurecimento do homem, pelo desenvolvimento do ser social e de um conjunto de objetivações humanas, do qual o trabalho faz parte. Esse conjunto de objetivações revela o homem como ser criativo, autoprodotivo, ser da práxis². A partir do trabalho inicia-se um processo de criação e acumulação de novas capacidades e qualidades humanas e, ao mesmo tempo, a produção da vida material, relata Marx (2008, p.24): “ao produzirem os seus meios de subsistência, os homens produzem indiretamente a sua própria vida material”. Desta forma, o trabalho, compreendido enquanto momento singular e gênese, não porta nada que leve à alienação ou estranhamento.

A possibilidade de produzir através do trabalho nas mais diversas sociedades sempre esteve submetida às relações sociais construídas pelos seres sociais. No entanto, com o desenvolvimento do modo capitalista de produzir os bens necessários à vida humana, as relações sociais assumiram um caráter contraditório na medida em que o trabalho assumiu uma forma particular, inaugurando uma inédita divisão social do trabalho, a raiz da alienação. Em uma frase dos *Manuscritos Econômico Filosóficos de 1844*, Marx (2010, p.81) dá a pista central para a problemática da alienação: “na determinação de que o trabalhador se relaciona com o produto de seu trabalho como [com] um objeto estranho estão todas as consequências”.

É, portanto, partindo desses fenômenos, aos quais chamamos de originários, que se explica o porquê de a reificação ser um fenômeno particular de um determinado modo de produção. É sob os ditames do modo de produção capitalista que o trabalho assume características fetichizadas e alienadas, provocando não o progresso do homem, mas ao contrário, sua degradação. É nesta fase, onde o trabalho deixa de ser “vida e torna-se mero meio de vida” (IASI, 2013), que o fetiche e a alienação passam a tomar não somente o âmbito da produção, mas se estende a toda vida social. É daí que surge a alienação própria da sociedade burguesa constituída – a reificação –, fenômeno central da dinâmica capitalista que determina muito dos rumos da produção e reprodução

² A práxis envolve o trabalho, que, na verdade, é o seu modelo – mas inclui muito mais do que ele: inclui todas as objetivações humanas.

das relações sociais. A reificação, enquanto forma madura da alienação, é fenômeno essencial garantidor da reprodução das formas capitalistas.

O trabalho, nesta forma de divisão social, não é realizado enquanto um gozo do ser humano, tal como em sua forma original, mas, sim, como algo árduo e alienado, como relata Netto (1981, p.57), ao dizer que, no trabalho alienado, o trabalhador não se realiza e não se reconhece em seu produto, mas ao contrário, “o que ocorre é que a realização do trabalho, a produção, implica a sua perdição, a sua desposseção: o produto do trabalho lhe aparece como algo alheio, autônomo”.

A alienação penetra na esfera da produção tanto pelo produto do trabalhador, a mercadoria, quanto pela própria atividade do trabalho, que cria uma alienação de si próprio, ou seja, do próprio trabalhador.

Desta forma, a sociabilidade construída sob as bases da produção capitalista é vitimizada pela alienação, que não fica restrita apenas ao âmbito da produção, mas vai além, dominando todo o complexo social. Ou seja, “a alienação [...] deve-se a um determinado modo de produção que põe todas as relações naturais e racionais de cabeça para baixo” (MÉSZÁROS, 2006, p.77).

Portanto, fundamentalmente, o estudo da reificação firma-se na análise da alienação e do fetichismo da mercadoria, estes últimos responsáveis pelo desenvolvimento histórico da reificação pensada enquanto um fenômeno. Abordando de uma maneira bastante objetiva, pode-se dizer que se trata da elaboração da temática da alienação que, passando pelo fetichismo, culmina na reificação, manifestando-se como uma nova configuração histórica presente na análise social, como descreve Marx (2008, p.47) no famoso Prefácio de 1859: “o modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social”.

A elaboração do conceito de reificação tem fundamental importância na obra *História e Consciência de Classe*, de 1923, de autoria do filósofo Lukács, e que, posteriormente, tornou-se amplamente revisitada pelos marxistas. De modo especial, o capítulo “A reificação e a consciência do proletariado”, que fomenta e desenvolve debates centrais sobre este conceito, sendo que suas principais contribuições estão embasadas e atreladas aos estudos marxianos sobre a mercadoria. Lukács (2012) concebe a questão estrutural do conceito de mercadoria, expressa em *O Capital*, sobretudo no estudo sobre o “fetichismo da mercadoria”.

Portanto, a forma mercadoria é a base do fetichismo e da reificação, que transforma seres humanos em coisas (coisificação), o que acaba colocando os homens sob o controle daquilo que produziram. “A mercadoria não é um problema isolado [...] mas um problema central e estrutural da sociedade capitalista em todas as suas manifestações vitais” (LUKÁCS, 2012, p.193).

É necessário pensar então no trabalho que ora atua como mediação fundamental, como gênese criadora da essência humana e ora como forma subsumida a uma organização específica e que encontra-se na base da alienação e “faz com que o universo das coisas submeta seus produtores, transformando-os, eles mesmo em coisas, reificando-os” (IASI, 2010, p.62).

A atividade produtiva, na forma dominada pelo estranhamento capitalista, “não pode realizar adequadamente a função de mediação entre o homem e a natureza, porque reifica o homem e suas relações [...]” (MÉSZÁROS, 2006, p.80). Ora, as mediações sociais que fazem o elo com a vida social do indivíduo ficam distorcidas e muitas vezes invisíveis aos olhos do sujeito, ao passo em que a alienação se enrijece em todas as coisas e fendas da sociedade capitalista, das relações de produção e relações sociais. “[...] A mercadoria aparece como ente natural, não humano: em seu movimento imprevisível, ela domina o homem, ao invés de ser dominada por ele. Começa aqui o processo da reificação que, todavia, vai ainda mais além. (KOFLER, 2010, p. 165).

O que deve ser entendido é que, nesse processo, o homem é submetido a uma realidade fragmentada, fato que o impede de perceber as mediações entre ele e a totalidade, ele e a verdade ou essência, naturalizando as relações sociais mediadas pela “coisa”.

Apenas nesse contexto a reificação surgida da relação mercantil adquire uma importância decisiva, tanto para o desenvolvimento objetivo da sociedade quanto para a atitude dos homens a seu respeito, para a submissão de sua consciência às formas nas quais essa reificação se exprime, para as tentativas de compreender esse processo ou de se dirigir contra seus efeitos destruidores, para se libertar da servidão de “segunda natureza” que surge desse modo (LUKÁCS, 2012, p. 198).

Todo esse processo recai diretamente sobre o sujeito, uma vez que a totalidade que fora perdida no processo de trabalho se perde também na consciência do mesmo. Ou seja, o sujeito, diante desses processos, que são base para a reificação, vê o sistema como algo alheio, estranho e independente de sua vontade. É a generalização da mercadoria como dominante na realidade e o “absolutismo” do valor-de-troca que sustenta a reificação presente no

trabalho, na consciência do indivíduo e na totalidade da sociedade. Relata Lukács (2012, p. 211):

Do mesmo modo que o sistema capitalista produz e reproduz a si mesmo econômica e incessantemente num nível mais elevado, a estrutura da reificação, no curso do desenvolvimento capitalista, penetra na consciência dos homens de maneira cada vez mais profunda, fatal e definitiva.

Kofler (2010, p.166) realça que “Marx demonstra igualmente como, neste mundo de representações categoriais da reificação, mesmo os processos mais simples adquirem forçosamente a aparência reificada, tornando-se opacos e irracionais”. Ou seja, a reificação é uma feição própria de alienação na sociedade do fetichismo generalizado. Diz Kofler (2010, p.161): “Os poderes econômicos reificados que se autonomizaram não se circunscrevem à esfera do processo que lhes é própria: sujeitam o homem todo, inclusive seu pensamento e sua ideologia”.

Contudo, a reificação é tema essencial para o entendimento das condições atuais do ser social e das relações às quais pertence, sugerindo a perdição do sujeito e a sua negação diante de suas objetividades. Para Mészáros (2006, p.98):

Embora o sistema monetário atinja seu clímax como o modo capitalista de produção, sua natureza mais íntima não pode ser entendida num contexto histórico limitado, mas sim no quadro ontológico mais amplo do desenvolvimento do homem por intermédio do seu trabalho, isto é, do autodesenvolvimento ontológico do trabalho, pelas intermediações necessárias relacionadas com a sua necessária auto-alienação e reificação numa determinada fase (ou fases) de seu processo de auto-realização.

Percebe-se, desta forma, que a consciência do ser social está tomada, dominada por “valores” que beneficiam um sistema e uma pequena classe humana e, ao mesmo tempo, destroem as capacidades objetivas do ser social, pois, segundo Lukács (2012, p.211) “a estrutura da reificação, no curso do desenvolvimento capitalista, penetra na consciência dos homens de maneira cada vez mais profunda, fatal e definitiva”. Lukács (2012, p.210-211) afirma sobre a consciência do ser social:

Embora essas formas do capital estejam objetivamente submetidas ao processo vital do próprio capital, à extração da mais-valia na própria produção, elas só podem ser compreendidas, a partir da essência do capitalismo industrial, mas aparecem na consciência do homem e da sociedade burguesa, como formas puras, verdadeiras e autênticas do capital. Para a consciência reificada, essas formas do capital se transformam necessariamente nos verdadeiros representantes da sua vida social.

Diante disso, a reificação penetrou no mundo objetivo do ser social e o deixou condenado por não se realizar em sua essência. A reificação “tende a apoderar-se de modo exclusivo de todas as manifestações da vida humana” (GOLDMANN, 1979, p.112).

Contudo, é no desenrolar de todo esse processo que se percebe o ser social como um maquinário irracional, preso, alienado e vislumbrado com uma sociedade que vive na superficialidade. Esse sujeito desconhece cada vez mais sua autorrealização e serve de manutenção da mesma ordem que o destrói, visto que, “numa sociedade reificada, a mentira penetra na intimidade dos sentimentos, na vida familiar e na estrutura afetiva.” (KONDER, 2006, p. 69). Parafrazeando Netto (1981, p.85): “o caráter de coisa que as relações sociais adquirem na forma mercadoria é agora o caráter das objetivações humanas”.

Lukács (2012, p. 220) afirma que existe uma relação intrínseca entre a estrutura econômica universal e a estrutura subjetiva da consciência, o que possibilita afirmar que os problemas no âmbito da consciência estão relacionados com a forma de objetivação humana, ou seja, pode-se dizer que a consciência é reflexo da produção material da vida.

Ao contrário do que comumente se enfatiza, os pensamentos formados pela consciência não são processos de “dentro para fora”, mas, sim, processos do mundo externo interiorizados pela consciência, como diz Marx (2008, p.31): “a produção das ideias, das representações, da consciência está em princípio diretamente entrelaçada com a atividade material e o intercâmbio material dos homens, linguagem da vida real”.

Em verdade, a consciência nada mais é do que a vida do homem. “Sabemos que só é possível conhecer algo se o inserirmos na história de sua formação, ou seja, no processo pelo qual ele se tornou o que é; assim também é a consciência: ela não ‘é’, ‘se torna’” (IASI, 2011, p.12). Portanto, “não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina a consciência” (MARX, 2008, p.47). Prosseguem Marx e Engels (2009, p.31), *n’A Ideologia Alemã*: “A consciência nunca pode ser outra coisa senão o ser consciente, e o ser dos homens é o seu processo real de vida”.

O grande problema é que, quando os homens são inseridos em sociedade, encontram-se imediatamente em um espaço alienado, fato que permite que a primeira forma de consciência dos homens seja alienada.

Portanto, é sob as fragilidades de uma consciência alienada que a ideologia dominante encontra as bases ideais para sua reprodução e legitima, a cada circunstância, os ideais da classe dominante como únicos e inquestionáveis. Segundo Marx e Engels (2009), a classe que detém o poder material dominante, detém, da mesma forma, o poder espiritual dominante, ou seja, a ela pertencem as ideias dominantes.

A ideologia, nesse processo, faz com que a consciência dos sujeitos se torne um reflexo da conduta capitalista, reforçando as relações de dominação, padronização e a naturalização de um “modo capitalista de se comportar”, ou “*ethos* burguês”, já que “o desenvolvimento capitalista criou um sistema de leis que atendesse suas necessidades e se adaptasse à sua estrutura” (LUKÁCS, 2012, p.214) e, ainda, “naturalmente, a ideologia dominante tem interesse em preservar o *status quo*, em que até as desigualdades mais patentes já estão estruturalmente entrincheiradas e garantidas”, completa Mészáros (2014, p. 327). Entretanto, importa ressaltar que é também via consciência, que se acredita em um processo de mudança, de novas formas de produção material da vida, processo este que nos levará a viver uma nova sociabilidade.

Contudo, é na vida cotidiana que todos esses fenômenos aparecem e se reproduzem incessantemente, determinando, desde o nascimento dos homens, como será a vida de cada um, impondo normas, regras, padrões, escolhas, etc. Mas o que é a vida cotidiana? Segundo Lukács (1981, p.410 apud COSTA, 2012, p.59), “é aquele médium social através do qual as mediações e as avaliações singulares se tornam socialmente operantes”, em outras palavras, esclarece Heller (2008, p.31) que “a vida cotidiana é a vida de todo homem. Todos a vivem, sem nenhuma exceção, qualquer que seja seu posto na divisão do trabalho intelectual e físico”.

Dessa forma, a vida dos homens é baseada em escolhas entre alternativas já colocadas pela dinâmica da vida social, tornando-o cada vez mais afastado de sua genericidade e mais preso em sua individualidade. O complexo do cotidiano envolve o conjunto de ideias, comportamentos, práticas e valores que determinam como os homens vão agir no meio em que vivem. Este espaço, na medida em que é atravessado pela reificação, determina uma cultura capitalista que é cultivada e reproduzida pelos homens como forma genuína de produção e reprodução social. Esse processo fortalece cada vez mais um modo

de vida oportuno à reprodução da sociabilidade burguesa e contrário à emancipação humana, processo que levaria o homem à sua liberdade plena, à vida.

Até aqui, já temos propriedades para inferir, de fato, que a reificação é elemento central na manutenção e reprodução do sistema capitalista, possibilitando entender não somente como se posiciona enquanto fenômeno facilitador da reprodução capitalista, mas também sua relação com a emancipação humana, ou, melhor dizer, com a “não emancipação humana”. Entende-se que diante da sociedade onde a vida se encontra permeada pela alienação – em sua forma mais específica e madura – é necessário um esforço teórico para que ideias possam surgir em prol da transformação da realidade e da libertação da mesma, afinal, esta não é uma realidade insuperável.

Para tal, é necessário compreender e analisar como caminham as configurações atuais do processo de produção e reprodução do sistema capitalista, interpretar as suas mazelas contemporâneas e, por fim, rastrear as determinações da reificação no cenário atual para possibilitar o mapeamento de onde os processos reificantes tem incidido de maneira decisiva e, quem sabe, chegarmos ao entendimento do porquê dos dias atuais serem tão duramente suportados. Acredita-se que o caminho de encontro às respostas para essas questões, parte do raciocínio que segue abaixo.

Sabe-se que, com o término da Segunda Grande Guerra, o padrão de economias industriais entrou em um longo período de expansão. Mandel (1982) denominou esse período como uma “onda longa expansiva”, que se estendeu de 1945 a 1973, adornando os 30 anos “gloriosos” do capitalismo, fase esta baseada em “um conjunto de práticas de controle do trabalho, tecnologias, hábitos de consumo e configurações de poder político-econômico” (HARVEY, 2003, p.119).

Nessa fase, as taxas de lucro foram a uma elevação antes nunca vistas e como sustentáculo, estavam as teorias de John Maynard Keynes, que, além de defender a intervenção do Estado nas práticas econômicas, apostava em um crescimento da demanda por mercadorias. Dessa forma, ocorreu nesse período, uma fusão do padrão de acumulação taylorista/fordista ao modelo keynesiano, com o intuito de promover a produção e o consumo em massa. Assim, houve uma promoção de políticas de pleno emprego, a criação de políticas sociais com

intuito de gerar um amplo mercado de consumo e uma conexão entre o capital e o trabalho.

O modelo de produção taylorista/fordista era baseado no trabalho parcelar e fragmentado com foco nas ações mecânicas e repetitivas que permitiram uma maior extração da mais-valia e controle da força de trabalho. Essa combinação resultou em taxas de lucro exorbitantes para a época e, em detrimento disso, essa situação, colocada por determinada combinação sociopolítica, recebeu a denominação de “Estado de bem-estar social”. Essa forma de Estado estava voltada para o real bem-estar da sociedade, relevando o desenvolvimento de políticas sociais que promovessem a estabilidade do emprego, criação de renda, educação e Previdência Social, afastando dos trabalhadores qualquer ideário socialista. Essa sucessão de fatos e a união da estratégia política e econômica já explicitadas acima foi benéfica tanto para o desenvolvimento das forças produtivas e econômicas quanto para uma expansão dos recursos sociais. Porém, toda essa fase expansionista começou a dar sinais de falência no início da década de 1970 e esses indícios apenas sinalizaram a crise do sistema fordista/keynesiano, uma expressão inicial da crise estrutural do capital.

Ao fazer uma análise da crise estrutural do capital que se instalou de maneira consistente desde a década de 1970, Mészáros (2011), em sua obra *Para Além do Capital*, afirma que sua novidade histórica se dá em quatro feições: (1) seu caráter é universal; (2) seu alcance é verdadeiramente *global*; (3) sua escala de tempo é extensa, contínua, se preferir, permanente; (4) seu modo de se desdobrar poderia ser chamado de rastejante.

Portanto, com o advento da crise e no intuito de reorganização, inicia-se a reestruturação produtiva, que substitui o fordismo/keynesiano, pelo padrão de acumulação toyotista³, ou acumulação flexível, que significa um modelo mais flexível, portanto, mais adequado para o momento de readaptação.

Apostando nesse modelo para enfrentamento da crise dos anos 1970, o capital investe em tecnologia e organização da produção, que gera impacto tanto

³ O processo de produção no modelo toyotista não é em massa e de produtos homogêneos, mas, sim, de pequenos lotes e com grande variedade de produtos, ou seja, os produtos são mais requintados, adaptando-se aos gostos variáveis do mercado. No Toyotismo, não há grandes estoques, por medida de redução de custos e de aumento de lucro, viabilizado pela informatização e pela melhora dos meios de comunicação e transporte, possibilitando que os fornecedores entreguem as peças necessárias para a produção na hora certa (HARVEY, 2009).

no setor da produção como nas relações sociais. A reestruturação produtiva foi uma necessidade do capital para a recuperação de suas taxas de lucro e adequou a sociedade para o processo de acumulação financeira. Para Antunes (2007, p. 48):

Essas mutações, iniciadas nos anos 70 e em grande medida ainda em curso, têm, entretanto, gerado mais dissenção que consenso. Segundo alguns autores, elas seriam responsáveis pela instauração de uma nova forma de organização industrial e de relacionamento entre capital e trabalho, mais favorável quando comparada ao taylorismo/fordismo, uma vez que possibilitaram o advento de um trabalhador mais qualificado, participativo, multifuncional, polivalente, dotado de “maior realização no espaço de trabalho”.

Portanto, o modelo toyotista de produção inaugura a produção flexível que permitiu a produção diversificada, construiu formas de controle do capital sobre os trabalhadores e, novamente, incentivou o consumo. Ou seja, reestruturou toda a sociedade e as relações sociais. Com as relações mais flexíveis, os regimes de trabalho se submetiam às mesmas condições, além da redução do número de trabalhadores por conta do alto investimento em tecnologia, que poupavam mão de obra. A exigência por qualificação e polivalência dos trabalhadores passou a ser austera, e, em contrapartida, o desemprego crescia aceleradamente.

Com a situação do desemprego estrutural e condições de trabalho não satisfatórias (subcontratação, terceirização, externalização do trabalho), a classe trabalhadora também teve seu momento de cume de suas reivindicações na década de 1970, e o capital, claro, atacou o movimento sindicais que continham qualquer hipótese de iminência socialista. Dessa forma, os sindicatos ficaram enfraquecidos e desorganizados, deixando a classe trabalhadora desamparada.

Penso que é neste ponto que podemos entender a intensificação da sociabilidade do capital no tempo presente. O desenvolvimento dos padrões ditos “flexíveis” do trabalho, ao contrário de possibilitar formas mais humanas de trabalho, contrárias ao modelo taylorista/fordista, possibilitaram um trabalho ainda mais desumano, aprofundando as formas de alienação e de relações sociais que provem deste processo.

Um exemplo é que, na forma flexível de trabalho, os gestores do capital se apropriam dos “saberes do operário” por meio de novas atividades propostas pelas empresas, como rodas de conversa, círculo de qualidade, trabalho em equipe, bônus, premiações etc., espaços que proporcionam ao capital discussões e manejos em prol da eficiência da produção. O “trabalhador

polivalente”, novo perfil de trabalho requerido pela flexibilidade, proporciona também uma potencialização do trabalho coletivo, estando, em verdade, a serviço da produtividade. Diz Iasi (2010, p.76): “esses procedimentos ditos flexíveis aprofundam a intensificação do trabalho e, ao contrário de inserir um elemento consciente de intencionalidade da ação, “mecanizam” o fator subjetivo ao se apropriar do saber do trabalhador e subjuga-lo à produtividade do capital”.

Os trabalhadores, nesta fase atual da produção, não são mais apenas as “máquinas” repetidoras de trabalho manual que geravam o lucro nos anos “dourados” do capitalismo. Agora, o modelo flexível de acumulação lhe deu a possibilidade de sentir parte da empresa, chamando-o de colaborador e dando-lhe sentimento de pertencimento à “família empresarial”. Os trabalhadores agora discutem trabalho e produção em seus horários vagos e dentro de suas próprias casas. Todo esse processo é uma ofensiva à classe trabalhadora, pois esse sentimento de pertencimento à empresa, esse apelo ao trabalhador parceiro, gera uma flexibilização nos sindicatos e na luta contra o capital.

Essa condição – inicialmente aqui descrita, pois vai muito mais a fundo – , favorece ao desempenho da empresa em sua produtividade e, conseqüentemente, à geração de lucro para os capitalistas. O que ocorre é que o trabalho está ainda mais subordinado à lógica capitalista. “Essa subordinação real significa dizer que o trabalho configura-se e se degrada em “um mero meio de vida” e, mais que isso, um meio a serviço do capital”. (IASI, 2010, p. 78).

A reestruturação produtiva do capital sob a predominância do “espírito do toyotismo” é hoje, mais do que nunca, uma reestruturação sociometabólica no sentido de promover alterações não apenas no plano dos locais de trabalho propriamente ditos, mas no plano da ação social das individualidades pessoais de classe” (ALVES, 2013, p. 31).

Ou seja, os novos padrões adotados pelo capital para guinar seu processo de acumulação não ficam restritos às horas diárias dos trabalhadores dentro das empresas, vai muito além, se estendem para a toda a vida social. É uma subsunção da lógica universal à lógica da grande indústria, ou seja, atinge toda a totalidade social. Este fato possibilita, por exemplo, que todos, sem exceção, vivam sob a pressão que existe no mundo da produção, vivendo essa cobrança em seu cotidiano, dentro de suas situações mais pessoais. Não é em vão que hoje vivamos na sociedade da “insatisfação”, afinal, valores exauridos de um

mundo produtivo doentio estão impregnados em nossas vidas, que nega, em tempo integral, o ser humano-genérico.

Além disso, concomitantemente à instauração do modelo flexível de trabalho, o capital apresentou à sociedade um novo modelo ideológico a ser seguido, um novo projeto político-econômico que adentra na sociedade capitalista, rompendo com qualquer tipo de regulamentação econômica e subtraindo os direitos já conquistados: o neoliberalismo.

Desta forma, a proposta de um Estado de bem-estar social é falida como consequência dos grandes cortes nos investimentos sociais. Montaño e Duriguetto (2010, p.192) dizem que o neoliberalismo amplia as formas de “exploração, de enriquecimento e acumulação, por um lado, e de empobrecimento, por outro, mas isso não surge com esse projeto: esses são fundamentos do sistema capitalista”.

Outro aspecto de suma importância para o desenvolvimento do capitalismo e seu vigor na atualidade é a mundialização do capital financeiro. Esse processo é um meio de estruturação da economia mundial, em que o capital se sustenta na colossal concentração do sistema bancário e financeiro e mostra-se como se o capital dinheiro gerasse mais dinheiro por si só e no itinerário das finanças, demonstrando o fetichismo financeiro. Para Marx (2013, p.177):

Esse fenômeno se desenrola diariamente aos nossos olhos. Todo capital novo, para começar, entra em cena surge no mercado de mercadorias, de trabalho ou dinheiro, sob a forma de dinheiro que, através de determinados processos, tem de transforma-se em capital.

Dessa forma, o dinheiro, no modo de produção capitalista, torna-se uma mercadoria que rende lucro obtido através dos juros cobrados em um empréstimo. Esse juro, que é um dinheiro que aparece como se tivesse nascido do processo capitalista, como algo independente, é chamado capital fetiche, o ápice do fetichismo da sociedade capitalista – “dinheiro que gera dinheiro”. Diferentemente do lucro gerado pela mais-valia, que “existe como capital, em seu movimento real, não no processo de circulação, mas somente no processo de produção, no processo de exploração da força de trabalho” (MARX, 2013, p.258), o juro é um lucro que possui caráter específico, onde “o possuidor de dinheiro, que quer valorizar seu dinheiro como capital portador de juros, aliena-

o a um terceiro, lança-o na circulação, torna-o mercadoria como capital” (MARX, 2013, p. 258-259).

À financeirização do capital, agrega-se a expansão do capital fictício, que se trata de especulações e investimentos em compra e venda de títulos e valores imobiliários nas bolsas de valores, ou seja, o investimento em um rendimento que ainda não é real, que não possui valor em si mesmo. Nesse meio, existe um número pequeno de investidores, a oligarquia financeira, que vive apenas dos rendimentos, juros e especulação do capital e que dispõe de um poder surpreendente. Para Chesnais (2005, p.35):

O mundo contemporâneo apresenta uma configuração específica do capitalismo, na qual o capital portador de juros está localizado no centro das relações econômicas e sociais [...] Esse capital busca “fazer dinheiro” sem sair da esfera financeira, sob a forma de juros empréstimos, de dividendos e outros pagamentos recebidos a título de posse de ações e, enfim, de lucros nascidos de especulações bem-sucedida.

Nota-se, então, que o atual momento da sociedade capitalista, trouxe consigo não somente mudanças na economia ou na produção, mas acarretou consequências para toda a humanidade. A reestruturação produtiva e do trabalho, o ajuste neoliberal e a mundialização da finança geraram uma barbárie humana em que os seres sociais são impedidos diariamente de encontrar sua essência, seu verdadeiro eu. Esse processo de reorganização do capital revelou uma sociedade plenamente dominada pelo fetichismo e vitimizada por um conjunto de problemas sociais.

Parece-me que, depois desse breve, porém esclarecedor panorama acerca da condição contemporânea a que nos situamos, é possível perceber que a intensificação das formas de alienação, de domínio ideológico, do penúrio do trabalho, do cotidiano e da desumanização estão diretamente relacionadas com as configurações atuais da produção e reprodução do sistema capitalista, ou seja, é a crise estrutural do capital que permite cada vez mais o modelo flexível de trabalho e a intensificação de todos esses fenômenos, evidenciando o *ethos* burguês. Desta forma, o caráter de severidade da crise estrutural é nítido, pois esta se aprofunda cada vez mais em ditame sistêmico, o que coloca em risco a sobrevivência contínua da estrutura global⁴.

É frente a este complexo cenário que acredito na importância de identificar as determinações da reificação, perceber, analisando as atuais configurações do

⁴ Ver em Mészáros (2011) *Para Além do Capital, Parte III*.

processo de produção e reprodução do capital, em que exatamente ela decorre, seus impactos e corolários na vida dos homens no tempo presente, afinal, só pela via da compreensão da realidade será possível propor alguma forma de modificá-la e superá-la, já que o conhecimento é uma mediação para a intervenção na realidade.

E para finalizar, gostaria de deixar clara a minha confiança por dias melhores e por isso, utilizo um trecho de Iasi (2013, p.60), que traduz meus sinceros votos de transformação.

Assim é que anunciamos e garantimos que o mundo do capital precisa acabar e convidamos a todos os trabalhadores a pegar a mão de quem conhecem, a beijar a boca de quem gostam e quer ser beijado e marcarmos uma grande festa para dançar, com ou sem maiô, festejando o dia em que a exploração acabou. Depois da festa a gente volta a trabalhar... para nós.

Referências

- ALVES, Giovanni. Fetichismo e Subjetividade burguesa – trabalho, valores – fetiche e estranhamento social. *In.*: SILVA, J.F.; SANT'ANA, R.; LOURENÇO, E.A. (Orgs). **Sociabilidade burguesa e Serviço Social**. 1. Ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.
- ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2007.
- CHESNAIS, François. **A finança mundializada**. 1.Ed. São Paulo: Boitempo, 2005.
- COSTA, Gilmasia. **Indivíduo e Sociedade – Sobre a teoria de personalidade em Georg Lukács**. 2. Ed. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.
- GOLDMANN, Lucien. A Reificação. *In.*: GOLDMANN, L. (Org.) **Dialética e Cultura**. 2.Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. 12ªEd. Loyola: São Paulo, 2003.
- HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. 8ªEd. São Paulo: Paz e Terra, 2008.
- IASI, Mauro. A maldição e a emancipação do trabalho. *In.*: **Sociabilidade burguesa e Serviço Social**. 1. Ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.
- _____, Mauro. Ideologia... Quer uma para viver?. *In.*: IASI, M. (Org.). **Ensaio sobre consciência e emancipação**. 2.Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- _____, Mauro. Reflexão sobre o processo da consciência. *In.*: IASI, M. (Org.). **Ensaio sobre consciência e emancipação**. 2.Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

_____, Mauro. Trabalho, emancipação e estranhamento. In.: SANT'ANA, R.S. (Org.). **O Averso do Trabalho II: Trabalho, precarização e saúde do trabalhador**. 1. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

KOFLER, Léo. **História e Dialética: estudos sobre a metodologia da dialética marxista**. 1 Ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010.

KONDER, Leandro. **Marxismo e alienação: contribuição para um estudo do conceito marxista de alienação**. 2 Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

_____, Georg. **História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista**. 2 Ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012.

MANDEL, Ernest. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Abril S.A. Cultural e Industrial, 1982.

MARX, Karl. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. 3 Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. 1 Ed. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. 1 Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

_____, Karl. **O Capital – Crítica da Economia Política**, L1 Ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

MÉSZÁROS, István. **A teoria da alienação em Marx**. 1 Ed. São Paulo: Boitempo, 2006.

_____, István. **O Poder da Ideologia**. 1 Ed. São Paulo: Boitempo, 2014.

_____, Istvan. **Para além do capital – rumo a uma teoria da transição**. 1 Ed. São Paulo: Boitempo, 2011.

MONTAÑO, Carlos e DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, Classe e Movimento Social**. 1 Ed. São Paulo: Cortez, 2010.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo e Reificação**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1981.